

EDITORIAL

Educar a população é um princípio que norteia a maioria dos Estados para que alcancem seus objetivos. Isto implica uma democratização do conhecimento por meio do acesso à informação e aos resultados das pesquisas, nesse sentido é necessário envolver muitas pessoas para divulgá-los. Uma das ferramentas propícias para atingir esta meta é a construção de redes para romper as barreiras e identificar novas oportunidades, como o acesso aberto através das megarevistas que bridam a chance de uma ampla informação sem restrições e a um custo bastante aceitável, tanto para quem publica, como para o leitor. Embora esta nova tendência, que tem entre outras vantagens a de ser sentida como mais eficiente do que as revistas físicas seriadas, porque em teoria pode reduzir o tempo de publicação, ajudar na tarefa dos editores e contribuir para conter os oligopólios que existem de articulistas, pares de avaliadores e temáticas, não resolve os problemas subjacentes que surgem na disseminação do conhecimento científico por escrito. Abaixo serão citados alguns exemplos:

A transparência do processo de publicação, diretamente relacionada com a ética do editor e do articulista, é difícil de abordar porque trata-se de uma decisão pessoal e ainda que se promovam as boas práticas, prevalece o livre arbítrio. No entanto, é importante fazer notar algumas razões que explicariam esta conduta de ambas as partes. No caso dos articulistas, sentem-se pressionados pelas instituições, nas quais estão vinculados a publicar um grande número de artigos, juntamente com a necessidade de aumentar a receita por tê-la em baixa. Do mesmo modo, as taxas de cobrança por publicação que no final prejudicam a qualidade científica dos artigos, deixam em dúvida a transparência das publicações e funcionam como um fator discriminatório para aqueles que não possuem os recursos. Os editores, por sua vez, estão sob pressão pela periodicidade, escassez de pares e pouca estabilidade econômica.

Em relação ao ponto anterior, pode-se observar que muitas instituições que patrocinam as pesquisas, exigem em troca a publicação de vários artigos como produto dessa pesquisa. Devido a esse compromisso surge, então, a duplicação e a excessiva autocitação que os editores e revisores não podem detectar. No entanto, uma das melhores soluções são as redes disciplinares de pares para identificá-las e evitar que ocorram estas situações.

Um problema enfrentado no desenvolver da edição de uma revista é o espaço de tempo que transcorre entre o momento da recepção do artigo e sua entrega ao público, que normalmente excede o tempo em que deve estar impressa ou publicada por outro meio. Este aspecto torna-se uma dor de cabeça para os editores, porque é a frequência que está em jogo, um requisito indispensável para manter indexada a publicação.

Neste sentido, é interessante detalhar as atividades que ocorrem nesse espaço de tempo: primeiro, receber o documento e fazer uma avaliação inicial para garantir a conformidade dos requisitos metodológicos e formais. Segundo, encontrar o par adequado e enviar-lhe o artigo. Terceiro, quando chega o formato de avaliação concluído, enviá-lo ao articulista. Quarto, passá-lo para a correção de estilo. O tempo real e total não pode ser calculado simplesmente porque os revisores se atrasam, os articulistas não corrigem com urgência as sugestões dos pares e as correções de estilo são dispendiosas, enfim, a edição de uma publicação depende de muitas pessoas, mas o responsável é sempre o editor. Por tudo isso, torna-se necessário um editor com experiência e que seja qualificado, sendo assim, a proposta da criação de programas de capacitação para formar editores justifica-se plenamente.

Então, promover práticas saudáveis com ações de profissionalização, internacionalização e estabilidade econômica, facilitam o trabalho do editor e permitem que as publicações, especialmente as seriadas, cumpram com a periodicidade e torna-se possível medir o impacto. A medição do impacto é complexa à medida em que se apresenta uma dualidade de critérios em sua elaboração: a primeira contempla especificamente o quantitativo, quer dizer, o número de vezes que um artigo é citado, e a segunda, o qualitativo, o qual é medido a partir da mudança que tem surgido na ciência ou em uma dada sociedade a partir dos resultados apresentados.

Da mesma forma, seria importante fazer uma referência a uma discussão sensível que se está propondo sobre a arbitragem. A questão que apresenta é saber se os artigos postulados para serem publicados devem ou não ser avaliados pelos pares. Esta situação relaciona-se com alguns aspectos como são os círculos fechados de articulistas e avaliadores que não permitem que se evidencie a transparência dos processos, seguido do pouco número de pares que podem cooperar para a formação desses círculos fechados e o afunilamento que representa para os editores a demora dos avaliadores, entre outros. Mas o que passaria se não se arbitrassem os artigos e como se garantiria a qualidade, a transparência e a tolerância à diversidade de opinião é algo que se responderia com o tempo, caso não se decida avaliar. De todas as maneiras, procurar alternativas de suporte técnico e científico, construir redes de pares e articulistas e sugerir novas metodologias que sejam garantia de qualidade podem ser o caminho para minimizar as complicadas tarefas que estão implícitas na edição de uma publicação seriada indexada.

Finalmente, convidamos a todos a que nos conheçam e contribuam com artigos ou, então, a ser nossos pares e àqueles que já nos conhecem que continuem a ajudar-nos e a divulgar o conhecimento científico das relações internacionais, da política e afins.

Alejandra Ripoll
Editor